

**AIS COMERCIAL DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO
ENTRE A COMUNIDADE EUROPÉIA E O MERCOSUL**

ESTUDO DO SETOR AGRÍCOLA

RELATÓRIO INTERCALAR

Abril de 2007

SUMÁRIO

O presente relatório visa a realizar uma avaliação do impacto de sustentabilidade de um Acordo de Associação UE-MERCOSUL sobre a agricultura. O estudo recorre a dois cenários: um cenário de referência (nenhuma modificação nas medidas comerciais atuais e continuação das tendências existentes) e um cenário de maior liberalização (provável maior implementação de um acordo comercial UE-MERCOSUL para a agricultura).

Os impactos do cenário de liberalização em termos de sustentabilidade são avaliados usando a análise das cadeias causais e dados empíricos, apoiados num modelo econômico geral de equilíbrio (o CETM, Copenhagen Economics Trade Model - Modelo comercial econômico de Copenhague), para fornecer uma indicação do volume anual delimitador dos efeitos econômicos do equilíbrio estático. De forma a contribuir à avaliação total, foram selecionados dois produtos para um estudo mais detalhado: carne bovina e etanol. A produção bovina do MERCOSUL é altamente competitiva, e a produção de etanol do MERCOSUL tem potencial para contribuir para uma redução tanto do uso de combustíveis fósseis como das mudanças climáticas.

Apresentação geral do setor da agricultura na UE e no MERCOSUL

A agricultura no MERCOSUL é mais competitiva que na UE, e poderia se desenvolver muito rapidamente. Ao mesmo tempo, a agricultura na UE continua sendo o principal setor econômico nas áreas rurais. O emprego no setor agrícola está concentrado em países como Polônia, Itália, Espanha, França e Hungria, que representam cerca de dois terços da mão de obra agrícola total da UE.

O Valor Agregado Bruto da agricultura também está concentrado. França, Itália, Espanha, Alemanha e Reino Unido representam mais de dois terços do valor agregado agrícola da UE-25. A produção agrícola na UE-25 está relativamente bem equilibrada entre produtos vegetais e animais. A UE-25 é um dos principais produtores mundiais de cereais (com exceção do arroz e milho), de açúcar, de alguns frutos e legumes, de carnes e laticínios. A indústria de alimentos e bebidas da UE é o maior setor industrial, superando as indústrias de automóveis e de produtos químicos. Existem muitas pequenas e médias empresas neste setor.

O setor agrícola é um componente essencial das economias do MERCOSUL. Em todos os Estados membros, a agricultura representa mais de 10% do PIB, e registra um crescimento rápido em todos os países, exceto Paraguai. A agricultura é também uma fonte considerável de empregos nos países do MERCOSUL, direta e indiretamente. A agricultura no MERCOSUL se caracteriza por uma agricultura comercial extremamente competitiva e moderna, que funciona ao lado de explorações familiares tradicionais e de agricultores sem terra. Os países do MERCOSUL, especialmente Argentina e Brasil, são considerados como atores importantes da produção agrícola mundial, tanto em termos de produtos vegetais como animais. O MERCOSUL representa 8% da oferta mundial de milho, e fornece cerca de 40% da produção mundial de grãos de soja. O Brasil é o maior produtor mundial de cana de açúcar, e sua produção triplicou desde 1999. O MERCOSUL produz quase 20% da produção mundial de carne bovina. A produção de carne de frango está em alta no Brasil, e representou 13% da produção mundial em 2004.

Fluxos comerciais

As matérias primas alimentares e agrícolas representam mais da metade das exportações do MERCOSUL para a UE, e o MERCOSUL é um dos principais fornecedores de produtos alimentares da UE (assumindo um quinto das importações agrícolas e alimentares da UE). Em compensação, as exportações agrícolas da UE em direção ao MERCOSUL representam menos de 3% das exportações da UE. As trocas intra-regionais formam mais outra diferença entre UE e MERCOSUL. A maior parte das importações e exportações dos Estados Membros da UE considerados individualmente se dão a nível intra-UE, enquanto que as trocas intra-MERCOSUL representam apenas 10% das exportações.

Uísques, vinhos, azeite e malte fazem parte dos principais produtos agrícolas europeus exportados para o MERCOSUL.

Medidas comerciais

Muitos produtos exportados pelos países do MERCOSUL, como produtos derivados de grãos de soja e produtos ‘tropicais’ (café, cacau, manga), estão sujeitos a poucas ou a nenhuma tarifa alfandegária quando entram no mercado europeu. Para outros produtos como açúcar, carne e frutos, o acesso ao mercado é limitado por restrições que incluem tarifas, quotas tarifárias, preços de entrada e taxas tarifárias sazonais. Os produtos do MERCOSUL também devem cumprir com os padrões da UE, de modo a garantir um alto nível de segurança para a saúde europeia, a saúde veterinária e a saúde ambiental.

A implementação da tarifa externa comum do MERCOSUL levou a um decréscimo das tarifas delimitadoras e das tarifas aplicadas. Atualmente, nenhuma tarifa do MERCOSUL aplicada a produtos agrícolas é superior a 20%, mesmo que as tarifas delimitadoras para alguns produtos sejam maiores. Uísques e vinhos, as principais exportações da UE para o MERCOSUL, estão ambos sujeitos à taxa de 20%. As exportações da UE também têm de cumprir com as regulamentações do MERCOSUL.

Os primeiros resultados da Avaliação do Impacto de Sustentabilidade

A avaliação de impacto realizada nesta etapa intercalar do projeto identificou tanto impactos benéficos como impactos potencialmente negativos na proposta de acordo comercial UE-MERCOSUL, a nível de uma série de fatores econômicos, sociais e ambientais que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Para muitos deles, o estudo também identificou fatores chave que estão associados com o fato de melhorar os impactos benéficos e de evitar ou atenuar os impactos negativos. Uma análise mais aprofundada de medidas com potencial de atenuação e de melhoramento será levada a cabo na fase seguinte do projeto.

Impactos de sustentabilidade na UE

Prevê-se um impacto econômico benéfico devido a preços de consumo inferiores e a uma melhor eficácia econômica estática, mas o efeito é reduzido para o que toca às taxas de crescimento normais e às vantagens que deveriam surgir dos efeitos dinâmicos ligados ao fato de se transferir recursos para setores mais competitivos da economia.

Os ganhos econômicos previstos estão relacionados com o aumento das importações provenientes do MERCOSUL, e com uma redução da produção agrícola na UE. É provável que a concorrência se faça sentir mais fortemente para açúcar e carne de frango. Os setores bovino e frutícola também estão afetados, mas os produtores da UE nestes ramos têm um maior potencial em termos de diferenciação de seus produtos. Os produtores de frango da UE seriam beneficiados com preços inferiores para o trigo, mas este fator pode não compensar a vantagem competitiva dos produtores do MERCOSUL. Haveria também um efeito de arrastamento dos preços do trigo a nível nacional. O potencial de um aumento das importações de etanol é forte, em desvantagem para a produção de biocombustíveis a partir das matérias primas da UE.

Mesmo que o efeito global para a produção agrícola da UE seja negativo, a liberalização das importações do MERCOSUL seria vantajosa para alguns produtos da UE como vinho, azeite e licores.

Os impactos sobre o emprego na UE decorrentes das modificações na produção não deveriam ser importantes, bem que possam ser significativos em zonas locais. O emprego na produção de matérias primas nos setores do açúcar, trigo, frango, carne bovina e frutos irá provavelmente baixar, particularmente nas áreas de produção economicamente marginal, como nas regiões montanhosas. O apoio ao desenvolvimento rural nessas áreas será um fator de atenuação considerável. Oportunidades

de achar um novo emprego poderão ser menores nos novos Estados membros da UE-10, relativamente aos da UE-15.

Os impactos ambientais na UE deveriam ser mistos e relativamente reduzidos. As previsões são que uma produção agrícola menor tenha um efeito global benéfico tanto em termos de impactos ligados a poluição como de biodiversidade, mas com algum potencial de efeitos negativos associados a uma maior especialização e intensificação. O quadro regulamentar da UE e as políticas de desenvolvimento rural serão fatores importantes no sentido de evitar ou atenuar os efeitos negativos.

O etanol produzido a partir da cana de açúcar no MERCOSUL é muito mais eficiente em termos de energia do que os biocombustíveis produzidos a partir das matérias primas da UE. O potencial para maiores importações de etanol do MERCOSUL tem assim um impacto benéfico potencialmente forte sobre emissões de gases de estufa e sobre mudanças climáticas.

Impactos de sustentabilidade no MERCOSUL

Bem como na UE, um impacto econômico benéfico deveria derivar dos efeitos da eficácia econômica estática, que é potencialmente forte no Paraguai, mas relativamente reduzida nos outros países do MERCOSUL. O maior impacto econômico a longo prazo deveria provir dos efeitos dinâmicos do acordo comercial relativo ao processo global de desenvolvimento.

As previsões são de um aumento significativo da produtividade para o setor agrícola no seu conjunto, com pouco impacto negativo derivado da redução das barreiras às importações da UE. A produção do MERCOSUL é particularmente competitiva em termos de carne, cereais, açúcar, etanol e frutos, produtos para os quais as exportações em direção à UE deveriam aumentar. A produção no MERCOSUL deveria se ampliar nestes setores, permitindo o desenvolvimento da agricultura e da indústria agro-alimentar.

O aumento previsível da produção agrícola terá efeitos sociais mistos. Em função das políticas nacionais, maiores incentivos às exportações poderiam levar a preços nacionais mais caros para alimentação. O emprego na agricultura deveria aumentar, absorvendo mão de obra entre os desempregados rurais e também no setor informal. Os incentivos de mercado para uma maior mecanização deveriam aumentar, vindo se acrescentar às tendências existentes no sentido de maiores níveis de qualificação a longo prazo, e de menos emprego agrícola a longo prazo. Poderá também haver efeitos negativos a curto e médio prazo sobre a pobreza rural, associados à necessidade de mais terras. O regime fundiário é frágil em muitas áreas, e os agricultores informais poderiam ter que se deslocar devido à expansão da agricultura comercial. Alguma terra adicional poderá ser liberada com os cortes nas florestas, acarretando perda de fontes de sobrevivência para os povos indígenas. Outro motivo de preocupação tem que ver com a utilização de mão de obra forçada na pecuária. É esta uma questão de atualidade no Brasil, onde o governo está empenhado em lutar contra o fenômeno. Sem uma atenuação efetiva do problema, o acordo comercial poderia exacerbá-lo, levando a um aumento do número de trabalhadores braçais forçados e a um efeito negativo sobre a pobreza. Enquanto a liberalização oferece um potencial de redução da pobreza rural em toda a região, poderia pelo contrário haver efeitos negativos significativos em algumas áreas, na ausência de regulamentações mais drásticas. Este fator pode abranger efeitos negativos em termos de igualdade de gêneros, relacionados com pressões potenciais sobre a agricultura tradicional de pequena escala.

Grandes áreas da região do MERCOSUL revestem uma importância ambiental a nível mundial, particularmente a Amazônia e o Cerrado. São sabidamente conhecidas as ameaças que pesam sobre a floresta tropical da Amazônia, ao mesmo tempo em que o Cerrado brasileiro é uma das áreas de savana com as maiores riquezas biológicas no mundo. A região também abarca reservas naturais importantes que estão sujeitas a pressões agrícolas.

O aumento da produção agrícola em todos os países do MERCOSUL induzirá pressões adicionais sobre a terra, qualidade do solo e biodiversidade, com também sobre os recursos em água das regiões

semi-áridas da Argentina. Impactos negativos em termos de poluição poderão também ocorrer em algumas áreas, devido a uma maior utilização de produtos agroquímicos e à expansão das indústrias de transformação, reforçando a necessidade de regulamentações mais drásticas. No Brasil, a expansão da produção bovina deveria ter um impacto direto sobre desflorestamento, ao mesmo tempo em que a expansão do açúcar de cana teria um efeito colateral indireto, ao retirar terras de cultivo de certos produtos, que teriam que passar a ser cultivados nas áreas florestais. O impacto do acordo comercial viria se sobrepor às pressões a longo prazo que já pesam sobre as florestas, e que devem ser solucionadas com um esquema mais drástico.

Entre as medidas regulamentárias que podem ter que ser tomadas de maneira a evitar impactos negativos significativos, um sistema de certificação para as importações de etanol da UE poderá certamente contribuir de forma significativa. Com critérios adequados tanto em termos sociais como ambientais, tal sistema poderia ajudar a solucionar algumas das preocupações sociais, bem como as pressões sobre o meio ambiente devidas a uma maior produção agrícola.